
PEC-G NO BRASIL: TRAJETÓRIA DE INTERCÂMBIO EDUCACIONAL E MULTICULTURAL¹

George Michael Borges De Oliveira

Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Graduando em Direito (UFOB) e Estudante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS-UFOB). Bolsista CAPES.

Cacilda Ferreira dos Reis

Graduada em Serviço Social UCSAL. Doutora em Ciências Sociais/Unicamp. Assistente Social no IFBA. Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais-UFOB.

Resumo

Este artigo discute o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), analisando sua contribuição para o intercâmbio educacional e multicultural a partir da inserção de estudantes africanos na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). A pesquisa insere-se no contexto da expansão e interiorização do ensino superior, da inclusão de grupos minoritários e da internacionalização das instituições de ensino no Brasil. Metodologicamente, o estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, com consultas a fontes governamentais. Os resultados indicam que, desde a criação do PEC-G em 1964, o programa expandiu significativamente o número de vagas, cursos e instituições participantes. No caso da UFOB, que implementou o PEC-G em 2013, foram recebidos 15 estudantes provenientes de oito países, distribuídos em seis cursos, com três deles já tendo concluído a graduação, o que evidencia a importância do Programa para o intercâmbio educacional e cultural na região Oeste da Bahia.

Palavras-chave: PEC-G, intercâmbio educacional, multiculturalismo, internacionalização do ensino superior, inclusão social.

¹ A primeira versão deste artigo foi produzida como avaliação do Componente curricular Educação e Multiculturalismo do Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS-UFOB).

1. INTRODUÇÃO

O século XXI representa um marco significativo na trajetória da educação superior no Brasil. Nesse período, o país vivenciou simultaneamente a expansão e a interiorização do ensino superior, impulsionadas pela criação de novas instituições e cursos acadêmicos. Essa transformação também trouxe mudanças no perfil dos estudantes, com a crescente inserção de camadas populares, que passaram a enxergar o ensino superior como uma possibilidade concreta de ascensão social (Teixeira e Coulon, 2015). Embora a distribuição de vagas ainda favoreça, em grande medida, as classes socioeconômicas mais privilegiadas, esses avanços podem ser considerados os primeiros passos rumo à democratização desse nível educacional.

Ao longo das últimas décadas, a vida universitária e seus diversos aspectos tornaram-se objeto de ampla pesquisa e debate, resultando na criação de grupos de estudo, como Observatórios da Vida Estudantil (OVE), e de programas de pós-graduação, como o Programa de Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da Universidade Federal da Bahia. Inserido nesse contexto, o presente artigo é fruto de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS-UFOB), cujo objetivo principal é analisar a trajetória dos estudantes africanos vinculados ao Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Especificamente, busca-se discutir a contribuição do PEC-G para o intercâmbio educacional e multicultural, a partir da inserção desses estudantes na UFOB.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, assim como em consultas a fontes governamentais. Do mesmo modo, foram colhidos dados referentes ao Programa através de solicitação à Diretoria de Relações Internacionais da UFOB, a qual disponibilizou informações gerais sobre os estudantes.

O artigo está estruturado em três etapas. Na primeira, analisamos como o PEC-G tem contribuído para o intercâmbio educacional e multicultural no ensino superior brasileiro, dentro do contexto da internacionalização. Na segunda, apresentamos o histórico, a estrutura e o funcionamento do programa, destacando o aumento das vagas ofertadas ao longo dos anos e a ampliação dos países participantes, com foco especial nos

países africanos. Por fim, discutimos as conclusões preliminares e indicamos os próximos passos da pesquisa nas considerações finais.

2. PROGRAMA ESTUDANTE DE CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G): EXPERIÊNCIA DE INTERCÂMBIO EDUCACIONAL E MULTICULTURAL

Até o final da Idade Média, a inclusão ou exclusão social era definida pelo pertencimento ou não à religião cristã. Mais tarde, “a partir da reinterpretação de um trecho do Velho Testamento, foi sendo lentamente construída, ao longo da Idade Média (com a participação de muçulmanos, judeus e cristão) uma ligação entre imoralidade, culpa, escravidão e cor negra” (Holbauer, 2006, p. 97). No século XVII, o "ideal de brancura" tornou-se um orientador das práticas sociais, incluindo a pouca exposição ao sol por parte da nobreza. Tudo isso, conjugado com o fato de o servo ter a pele escura, orienta para identificação deste como “objeto de contraste”. Não demorou muito até que a raça fosse lançada como categoria científica e se tornar elemento indispensável na busca por critérios físico-naturais para determinar as características de um indivíduo.

De acordo com Silva e Laranjeira (2007), o século XIX no Brasil foi marcado por intensos debates raciais, com o país se tornando um centro de estudos sobre as noções de raças superiores e inferiores e a mestiçagem, sendo o "laboratório" de um processo de *embranquecimento*. Esse processo visava tanto a "limpeza" da raça quanto a exclusão dos negros, considerados símbolos de não-desenvolvimento e não-civilização, o que resultou em políticas de marginalização e exclusão dos ex-escravos, inclusive no planejamento urbano de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Contraditoriamente, a ideia de inexistência de problema racial no país também ocupava lugar de privilégio. Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, publicado em 1933, é a representação máxima de que o país seria, na verdade, uma democracia racial, considerando a mestiçagem e cordialidade do povo como fatores essenciais.

Bastide e Fernandes (1971) demonstram que as raízes da ordem social competitiva do Brasil, assim como as evidências de desigualdade racial e seu significado sociológico, estão profundamente ligadas ao modelo brasileiro de preconceito e discriminação racial. No contexto da escravidão, os negros, tanto escravizados quanto libertos, ocupavam uma posição relativamente estável e essencial na estrutura econômica. No entanto, com a abolição, esse quadro mudou drasticamente. Em vez de avançar para um processo de

"integração" ou maior participação nas estruturas sociais, os negros se viram forçados a competir com imigrantes europeus, o que resultou em sua exclusão das novas oportunidades.

No que diz respeito às provas objetivas de desigualdade racial e o seu significado sociológico, demonstram que as mudanças na estrutura social do Brasil, depois da abolição da escravidão, não produziram efeitos profundos sobre a concentração racial da riqueza, do prestígio social e do poder. Para demonstrar a credibilidade da afirmação, Bastide e Fernandes (1971, p.92) utilizam de dados sobre posição ocupacional e nível de instrução, que denotam tendência fundamental de monopólio das melhores oportunidades pelos brancos. Para eles, “supremacia branca é uma realidade no presente, quase tanto quanto o foi no passado”.

Por último, Bastide e Fernandes (1971, p.95) aludem ao modelo brasileiro de preconceito e discriminação racial e defendem que, “considerados sociologicamente, o preconceito e a discriminação de cor são uma causa estrutural e dinâmica da ‘perpetuação do passado no presente’”. Aliás,

Os brancos não vitimizam consciente e deliberadamente os negros e os mulatos. Os efeitos normais e indiretos das funções do preconceito e da discriminação de cor é que o fazem, sem tensões raciais e sem inquietação social. Restringindo as oportunidades econômicas, educacionais, sociais e políticas do negro e do mulato, mantendo-os “fora do sistema” ou à margem e na periferia da ordem social competitiva, o preconceito e a discriminação de cor impedem a existência e o surgimento de uma democracia racial no Brasil. (Bastide e Fernandes 1971, p.95-96)

Nestas palavras observamos a defesa da existência de um modo de ser do preconceito e da discriminação de cor que nem sempre se explicita nas atitudes deliberadas dos brancos. Mais que isso, nem mesmo demanda a sua participação efetiva. As limitações impostas às oportunidades econômicas, educacionais, sociais e políticas dos negros e mulatos, desde a abolição, convergem para um único propósito: a manutenção da raça como um elemento central nas relações sociais no Brasil.

Especificamente no âmbito da educação, as Políticas de Ação Afirmativa, têm ocupado lugar central no combate a todas as formas de preconceito e discriminação racial, embora não conste das ambições resolver o problema por completo. Além disso, consideramos que o PEC-G seja de fundamental importância para refletirmos sobre nossos laços com África e, principalmente, sobre os significados do intercâmbio educacional e multicultural.

Appiah (1997, p. 242) diz que “para compreender a variedade das culturas contemporâneas da África, por tanto, precisamos, em primeiro lugar, recordar a variedade das culturas pré-coloniais”. Deste modo, ressalta que houve diferenças nas experiências coloniais e nas suas políticas, que produziram resultados amplamente variáveis. Assim, apesar da diversidade ser uma marca fundamental das culturas contemporâneas da África, o autor reconhece que existe uma certa identidade africana, isto é, “‘ser africano’ já tem “um certo contexto e um certo sentido”.

Mesmo reconhecendo a existência de uma identidade africana, Appiah (1997) enfatiza que não significa que tal sentido satisfaça os sujeitos e sujeitas. Aliás, defende que a identidade não é homogênea ou fixa e, por conseguinte, precisa continuar a ser reformulada, conforme as condições históricas, políticas e sociais mudam. Nesta perspectiva, precisamos considerar algumas observações, quais sejam: a) as identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades; b) as identidades florescem a despeito do desconhecimento de suas origens, isto é, a despeito de terem suas raízes em mitos e mentiras; c) não há, muito espaço para a razão na construção - em contraste com o estudo e a administração - das identidades; d) a verdadeira batalha não é travada nos círculos acadêmicos; e) africano certamente pode ser uma insígnia vital e capacitadora, mas num mundo sexos, etnicidades, classes e línguas, de idades, famílias, profissões, religiões nações, mal chega a surpreender que haja ocasiões em que ela não é o rótulo de que precisamos.

O livro *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe* (Freire, 2011, p. 51), de 2011, fala sobre os ensinamentos da África e das nossas semelhanças, isto é, “da nossa cultura, do jeito de usar o corpo, do andar e de movimentar-se, de rir ou de gargalhar, do modo de enfrentar as dificuldades com um poder de resistência extraordinário”. Fala das nossas manhas que denunciam nossas raízes. Fala da capacidade de resistência nutrida na esperança, da estigmatização da África, que jamais deve ser desconsiderada. Fala, ainda, da ausência de discussões sobre a barbárie da colonização e dos seus efeitos no tempo. Por último, fala da consciência política e transformação social, considerando a educação como um eixo indispensável, que conduz a criação de uma sociedade nova, de um homem novo e uma mulher nova. Mas a viabilidade de tal projeto depende, em grande medida, de uma “consciência política clara,

que se vai clarificando mais na práxis política, fora da qual não há caminho, não há solução”.

3. O PROGRAMA ESTUDANTE DE CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G): HISTÓRICO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi criado em 1964 com o objetivo de oferecer a estudantes estrangeiros a oportunidade de cursar a graduação em instituições de ensino superior (IES) no Brasil. A iniciativa visava promover a internacionalização das universidades brasileiras e fortalecer a difusão das perspectivas do país no cenário global. Desde sua criação, o programa é administrado em conjunto pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com diversas IES que acolhem os estudantes.

A concepção do PEC-G surgiu como resposta ao aumento da presença de estrangeiros no Brasil e à necessidade de regulamentar seu status acadêmico. Ao estabelecer condições padronizadas de intercâmbio, o programa buscava assegurar tratamento igualitário a esses alunos nas universidades brasileiras. Em 1964, o Departamento Cultural e de Informações do MRE e a Diretoria do Ensino Superior do MEC firmaram um protocolo que regulamentava as condições de admissão de estudantes estrangeiros em IES brasileiras. Na primeira edição do programa, 565 estudantes de 15 países foram matriculados, como demonstrado nos dados a seguir (Brasil, 2024).

Quadro 01: Distribuição dos estudantes matriculados no PEC-G, por país - 1964.

País	Quantitativo
Argentina	01
Bolívia	208
Chile	02
Colômbia	14
Costa Rica	2
Equador	15

EUA	1
Guatemala	05
Honduras	08
Nicarágua	46
Panamá	63
Paraguai	85
Peru	51
Venezuela	21
República Dominicana	43
Total	565

Fonte: Brasil. Ministério de relações exteriores. Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). 2024.

O documento menciona que quatro estudantes africanos foram aceitos, mas não especifica seus países de origem, ao contrário do que ocorre com os demais continentes. Não houve registro de participação de estudantes europeus ou asiáticos nessa primeira edição. Ainda em 1964, o MRE tomou medidas para regulamentar a situação acadêmica dos estudantes, elaborando a carteira de identidade de estudante-convênio, com o intuito de regularizar a vida escolar dos intercambistas. Dos estudantes admitidos naquele ano, aproximadamente 300 latino-americanos concluíram seus estudos (Brasil, 2024).

Em 1965, foi promulgado o Decreto nº 55.613, que tornou obrigatório o registro dos estudantes estrangeiros beneficiários de convênios culturais (estudantes-convênio) e a apresentação da Carteira de Identidade no ato da matrícula anual em instituições de ensino superior no Brasil. O decreto ainda estipulava que o registro deveria conter informações como o número de matrícula, o curso e o ano em que o estudante estava matriculado. No mesmo ano, havia um total de 473 estudantes latino-americanos matriculados em universidades brasileiras, com destaque para os países da Bolívia (166), Paraguai (60), Panamá (63), Peru (31) e Nicarágua (42) (Brasil, 2024).

O próprio documento faz questão de sublinhar que, deste total, formaram-se 450 estudantes latino-americanos, além de pontuar que houve acentuada diminuição das quotas concedidas à Bolívia, ao Paraguai e ao Peru, em comparação com o ano anterior. A causa da diminuição, segundo consta, teve relação com a saturação do mercado de

trabalho para profissionais nos países mencionados (Brasil, 2024). Ademais, três outros fatos merecem observação; a) aumento daqueles que chegam da área do Caribe (com exceção da República Dominicana) e o aparecimento dos primeiros estudantes vindo Haiti e de El Salvador; c) a ida de funcionários da Divisão de Cooperação Intelectual (MRE) a todas as universidades brasileiras em que há estudantes latino-americanos matriculados para regularizar a situação e emitir a carteira de estudante-convênio.

A chegada desses estudantes destina-se à formação de alguns poucos cursos, com ênfase aos cursos de Medicina, Engenharia e Odontologia.

Quadro 02: Distribuição dos estudantes participantes do PEC-G, por curso - 1965

Curso	Quantitativo
Engenharia	83
Medicina	104
Odontologia	71
Agronomia	40
Arquitetura	44
Ciências Econômicas	27
Farmácia	24
Veterinária	21
Filosofia	30
Química Industrial	02
Enfermagem	12
Serviço Social	04
Sociologia	04
Direito	--
Geologia	07
Adm. Pública	--
Belas Artes	--

Jornalismo	01
Nutrição	01
Total	475

Fonte: Brasil. Ministério de relações exteriores. Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). 2024.

Em 1966, o número saltou para 2.034 estudantes latino-americanos matriculados em universidades no Brasil. Em 1967 foram disponibilizadas 307 vagas para estudantes estrangeiros através do Programa de Estudantes Convênios de Graduação (PEC-G). Destas vagas, 222 foram preenchidas, principalmente em cursos de Medicina, Engenharia e Odontologia, novamente. Por sua vez, as vagas restantes geralmente estavam concentradas em cursos como de Direito e Humanidades. O documento menciona pela primeira vez a concessão de bolsa (05) a estudantes-convênio.

Os dados de 1969 a 1971 demonstram apenas número de vagas ofertadas e número de estudantes recebidos. Precisamente, é indicado que em 1969 existiam 2900 estudantes-convênio matriculados em universidades brasileiras, enquanto que em 1970 cerca de 400 estudantes latino-americanos foram acolhidos pelo PEC-G. Em 1971, o PEC-G recebeu 357 estudantes estrangeiros (Brasil, 2024). Aqui é possível observar uma certa carência nos dados e o uso de expressões que podem ser sinônimas ou não. Estudantes latino-americanos são estrangeiros, mas a expressão “estudante estrangeiro” pode ter sido utilizada para designar um grupo de estudantes que excede os limites da América Latina, mas não temos como saber exatamente, neste caso.

No ano de 1972 o documento volta a oferecer dados sobre o número de vagas concedidas e sua distribuição.

Quadro 03: Distribuição dos estudantes participante do PEC-G, por países - 1972

País	Quantitativo
Bolívia	273
Colômbia	30
Costa Rica	40
El Salvador	22
Equador	42

Guatemala	33
Guiana	11
Honduras	40
Haiti	07
Nicarágua	33
Panamá	56
Paraguai	64
Peru	53
República Dominicana	13
Venezuela	43
Total	

Fonte: Brasil. Ministério de relações exteriores. Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). 2024.

Os dados de 1973 destacam os principais dados sobre os países de origem e os cursos preferidos no âmbito do PEC-G. Consta tão somente que foram ofertadas 706 vagas, sendo que Bolívia, Paraguai, Panamá e Peru foram os países que mais enviam estudantes. Além do mais, informa que os cursos mais procurados foram Medicina, Engenharia, Agronomia, Veterinária, Odontologia, Arquitetura, Economia e Farmácia (Brasil, 2024).

Sobre os anos de 1974 a 1977 também são oferecidos poucos dados. Em 1974 participavam do PEC-G 14 países latino-americanos (Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela e Uruguai) e Portugal. Ademais, o Departamento de Assuntos Universitários do MEC e o MRE assinam novo protocolo para regulamentar o PEC-G e começam a ser assinados convênios com as universidades. Em 1975 o MEC solicita vagas a todas as instituições brasileiras de ensino superior com o objetivo de ampliar o PEC-G. O ano de 1976 é marcado pelo aumento do número total de vagas, chegando a 2.487 vagas, com um aumento substancial no número de vagas destinadas ao Paraguai que salta para cerca de 200 vagas. Em 1977 o número chega a 2.794 vagas oferecidas e aparece pela primeira a distribuição segundo o tipo de instituição. Adicionalmente, aparecem, pela

primeira vez, países africanos, conforme veremos nos quadros a seguir. Ademais, já constavam 91 cursos de graduação abrangidos pelo PEC-G (Brasil, 2024).

Quadro 04: Tipo de Instituição e quantidade de estudantes participante do PEC-G - 2024

Tipo de Instituição	Número de Vagas
Instituições Federais	1.906
Instituições Estaduais e Municipais	466
Instituições Particulares	422

Fonte: Brasil. Ministério de relações exteriores. Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). 2024.

Os dados de 1979 a 1988 são escassos. Mas é importante destacar que o número total de estudantes já alcançava 12.000 (doze mil) estudantes, sendo que mais de 10.000 eram da América Latina e da África. Nesta mesma perspectiva, em 1987 foi implementado o Programa de Estudantes-Convênio de Nível Técnico (PEC-TEC), em parceria com entidades brasileiras especializadas (SENAI, SENAC e Instituições de Ensino Profissionalizantes). Neste programa 70% dos 250 cursos foram oferecidos a países africanos lusófonos. No mesmo ano foi assinado o Convênio entre o Itamaraty e o Ministério da Previdência Social para garantir os benefícios integrais da Previdência Social, nos mesmos moldes dos oferecidos aos cidadãos brasileiros a todos os estudantes estrangeiros beneficiados por acordos de cooperação e assistência. Como se observa, novamente são adotadas medidas de estreitamento das relações Brasil-África, de modo a garantir que os estudantes sejam atraídos e possam fomentar relações de intercâmbio educacional e cultural. Na atualidade, participam do programa 73 países, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 05: Distribuição dos países participantes do PEC-G, por continente

Continente	Número de países
África	29
América Latina e Caribe	28
Ásia	09
Europa	07

Fonte: Brasil. Ministério de relações exteriores. Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). 2024.

No que diz respeito à participação das Instituição de Ensino Superior (IES) no programa, é possível observar que atualmente 128 universidades, distribuídas em todas as regiões do Brasil, recebem estudantes através do PEC-G. Embora exista uma prevalência de instituições do Sudeste, outras regiões dispõem de percentuais representativos.

Quadro 06: Distribuição IES participantes do PEC-G, por região do Brasil - 2024

Região	Instituição de Ensino Superior	
	Número	%
Norte	12	9,4%
Sul	29	22,7%
Sudeste	46	35,9%
Nordeste	30	23,4%
Centro-Oeste	11	8,6%
Total		100

Fonte: Brasil. Ministério de relações exteriores. Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). 2024.

No Nordeste, todos os Estados recebem estudantes vinculados ao PEC-G, com destaque para a Bahia, que possui 8 instituições, e Sergipe, que conta com apenas 1. Ademais, é importante mencionar que, dentre o total de instituições, há a participação de 2 instituições privadas: a FAINOR (Faculdade Independente do Nordeste), na Bahia, e a UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco), em Pernambuco. As demais 28 instituições são todas públicas.

O quadro geral da Bahia, demonstra que existe uma diversidade instituições que são definidas como faculdades, universidades e institutos, privadas, públicas, federal, estadual e o caso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), com dois *campus* no Estado do Ceará (Campus dos Palmares em Acarape e Campus da Liberdade em Redenção), como pode ser observado no Quadro 07.

Quadro 07: IES participantes do PEC-G na Bahia - 2024

Instituição de Ensino Superior	Categoria
--------------------------------	-----------

Faculdade Independente do Nordeste- FAINOR	Privada
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-IFBA	Pública
Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS	Pública
Universidade Federal da Bahia-UFBA	Pública
Universidade Federal do Oeste da Bahia-UFOB	Pública
Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB	Pública
Universidade do Estado da Bahia-UNEB	Pública
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira*	Pública

Fonte: Brasil. Ministério de relações exteriores. Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). 2024.

3.1 PROGRAMA DE ESTUDANTES – CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (UFOB)

A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), fundada em 2013, é uma instituição pública de ensino superior com sede em Barreiras-BA e campi distribuídos nas cidades de Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória e Barra. Apesar de ser uma universidade relativamente nova, a UFOB já recebe estudantes provenientes de diversas regiões do Brasil, além de estudantes internacionais, como aqueles vinculados ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Nesse cenário, a internacionalização do ensino superior ganha relevância, impulsionando o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema (Morosini, 2006; 2021).

Embora existam diferentes interpretações acerca da internacionalização, há um consenso em torno de sua expansão a partir dos anos 1990 e dos desafios enfrentados, especialmente no que se refere à baixa atração de estudantes internacionais (Morosini, 2006; 2021). O Brasil, conforme a autora, se destaca como um destino atrativo nas relações Sul-Sul, sendo percebido por muitos estudantes africanos e latino-americanos como uma opção promissora para sua formação acadêmica. A UFOB é uma das instituições que desempenha um papel fundamental nesse processo, acolhendo estudantes internacionais e contribuindo para o intercâmbio educacional e multicultural.

A seguir, será apresentado o panorama geral dos estudantes vinculados ao PEC-G, bem como algumas formas de analisar e compreender esse quadro. A maioria dos estudantes são oriundos do Benin (26,7%).

Quadro 08: Distribuição dos estudantes PEC-G por país de origem- UFOB-2024

Países	Estudantes Matriculados	
	Nº	(%)
Cabo Verde	02	13,3
Benin	04	26,7
Gabão	02	13,3
Angola	02	13,3
Gana	02	13,3
São Tomé e Príncipe	01	6,7
Guiné-Bissau	01	6,7
Costa do Marfim	01	6,7
Total	15	100

Fonte: elaboração dos autores (2024).

Os dados apresentados no quadro 09 demonstram que a maioria dos estudantes vieram para cursar Farmácia, Medicina e Engenharia Civil

Quadro 09: Distribuição dos estudantes por curso- UFOB - 2024

Cursos	Estudantes Matriculados	
	N	%
Medicina	03	20
Farmácia	03	20
Engenharia civil	04	26,7
Engenharia de produção	02	13,3
Administração	02	13,3
Agronomia	01	6,7

Total	15	100
-------	----	-----

Fonte: elaboração dos autores (2024)

Os estudantes estão concentrados no Campus Reitor Edgard Santos, na cidade de Barreiras-BA, seguido do campus de Luís Eduardo Magalhães e Barra.

Quadro 10- Distribuição dos Estudantes por Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia

Campus Reitor Edgard Santos	12
Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães	02
Centro Multidisciplinar da Barra	01
Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória	00
Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa	00

Fonte: elaboração dos autores (2024)

A UFOB formou três (03) estudantes, sendo duas em Medicina, vindas de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde e uma estudante de Farmácia, do Benin.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da história que conecta o Brasil ao continente africano nos oferece uma série de lições que podem ser aplicadas ao contexto atual, especialmente no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). À luz dessas reflexões, é possível levantar questões como: O que a África nos ensina por meio dos estudantes do PEC-G? O que o Brasil ensina à África? Qual é o significado da trajetória desses estudantes no Oeste da Bahia, tanto para eles quanto para nós? O intercâmbio educacional e multicultural promovido pelo programa tem sido eficaz? Estas são algumas das perguntas que pretendemos aprofundar com o desenvolvimento da pesquisa.

Neste momento, a pesquisa ainda está em fase inicial, e o objetivo principal deste trabalho foi apresentar os primeiros achados. Entretanto, já podemos destacar algumas considerações gerais sobre o histórico do PEC-G e sua aplicação na UFOB. Ao longo de quase 60 anos, o programa tem desempenhado um papel fundamental na internacionalização das universidades brasileiras, promovendo o intercâmbio acadêmico e a difusão das perspectivas do Brasil em âmbito global. Nesse período, o PEC-G passou

por significativas transformações, com uma ampliação expressiva do número de estudantes, de cursos oferecidos, e de países participantes, com destaque para a crescente participação de países africanos.

Na UFOB, especificamente, observamos uma ampliação da diversidade, com estudantes provenientes de oito países, o que evidencia o potencial de aprendizado intercultural e a valorização de diferentes perspectivas. Esse cenário oferece uma rica oportunidade para a troca de experiências e a construção de novas formas de conhecimento. Como afirmou Kaly (2001, p.1), o "Brasil faz sonhar qualquer ser humano, homem ou mulher, de qualquer parte do mundo, de qualquer credo religioso e de qualquer orientação sexual." Resta saber, por meio dos estudantes do PEC-G, até que ponto essa afirmação se confirma no contexto do intercâmbio educacional e multicultural promovido pela UFOB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPIAH, Kwane. A. Identidade africanas. In: **Na casa de meu pai: a África na filosofia da Cultura**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.p. 241-251.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1971. Capítulo 2: Cor e Estrutura Social em Mudança (p. 82 a 146).

Brasil. Ministério de relações exteriores. **Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**. Disponível em:<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-g/sobre#sob>. Acesso em 10 de setembro de 2024.

FREIRE, Paulo. Este reaprendizado que a África me oferece. In: **África ensinando a gente**: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Paz e Terra, 2011.p. 17-62.

HOFBAUER, Andreas. **Raça se impõe**. In: **Uma História do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: EDUNESP, 2006.p.99-139.

KALY, Alain. P. O Ser Preto africano no «paraíso terrestre» brasileiro: Um sociólogo senegalês no Brasil. In: **Lusotopie**, n°8, 2001. Timor Les défis de l'indépendance. pp. 105-121.

MOROSINI, Marília. Internacionalización de la Educación Superior em Brasil y desafíos em el contexto del sur global. **Revista Educación Superior y Sociedad Vol. 33**, núm. 1 [(ene. - jun. 2021), pp. 361-383], ISSN: 07981228/ ISS Ne: 26107759 Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe.

_____. 2015. **Internacionalização da educação superior: por onde e como começar?** Seminário ABMES, Brasília, Brasil.

SILVA, Maria Nilza da; LARANJEIRA, Pires. Do Problema da “Raça” às Políticas de Ação Afirmativa. In.: SILVA, Maria Nilza da; PACHECO, Jairo Queiroz (Orgs.). **O Negro na Universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, (p. 25 a 137).

TEIXEIRA, A; COULON, A. Interiorização do ensino superior público e afiliação: E se eu conseguir uma vaga, como vai ser?. In: SAMPAIO, S. M. R. **(Org.) Observatório da vida estudantil: Avaliação e qualidade no ensino superior: formar como e para que mundo?** Salvador, BA: Edufba, 2015. p. 209-230.

Recebido em: 10/10/2024

Publicado em 27/11/2024